

Ambiente policial e o seu reflexo na conduta do agente de segurança: uma análise das representações sociais do Policial Militar

Cláudio Danilo Moura Braga

Décio Fernandes de Faria

“A realidade é para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade” (Lewin, 1948:57, apud Moscovici, 2000)

Resumo

Compreendemos a Polícia Militar como um ambiente gerador, situado dentro de uma estrutura e uma prática social própria, que se enraíza e renasce a cada operação e que produz ecos em toda a sociedade. A partir da estrutura da PM, buscamos interpretar a conduta dos policiais militares, e esse foi o objetivo desse artigo. Temos observado ao longo dos dezesseis anos de atuação dentro da Polícia Militar de Goiás o embate e muitas vezes o embrutecimento ou frustração de homens e mulheres que se contingenciam entre o “dever” imposto pela própria polícia e a realidade, cada vez mais refratária. Buscamos nossa reflexão a partir da análise das representações sociais da Polícia e confrontamos com dados relacionados à conduta do policial e com dados gerados pela estrutura de apoio (serviço social e psicológico) da corporação. A triangulação nos permitiu enxergar o “homem” por detrás da instituição e a compreender os efeitos do modelo atual de segurança sobre os ombros desses homens e mulheres. Como resultado de nossas reflexões apresentamos um outro modelo, já utilizado por nós, em práticas de policiamento, que ora, assinalamos como um dos muitos caminhos possíveis ao aperfeiçoamento da segurança em Goiás.

Palavras-Chave: Teoria das Representações, Policiamento Comunitário, Saúde Mental, Trabalho

A Perspectiva das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais, (Moscovici, 1976), doravante TRS, entende que estruturas sociais, comandadas por grupos e/ou instituições criam mecanismos de significação que nada mais são que formas de “ver o mundo”. Essas, são representações da realidade que quando estabilizadas e reproduzidas passam a fazer parte de nosso consciente coletivo, ou senso comum.

O poder dessas representações não é percebido pelos seus atores, porque são construções que se automatizam em nossas mentes como parâmetros de avaliação e atitude. Assim é que compreendemos objetos rotineiros associando-os a um conhecimento prévio, tais como atribuição de estilos às classes sociais, de valores estéticos “naturais” à magreza e brancura, enfim, tornamo-nos parte de um tempo que foi introjetado em nossas mentes, e no qual encontramos nossas identidades.

A TRS não se interessa pelas atitudes em si, mas pelos mecanismos que tornam significativas tais atitudes. (Pereira, Torres, & Almeida, 2003). A atribuição de significados, inferências, aos atos ou a determinadas falas dependerá do contexto (Marcuschi, 2006). Contexto é aqui compreendido como o somatório do contexto interno e do contexto externo, de nossos conhecimentos sócio-históricos, logo, culturais, internos em nossa mente e o ambiente em que os fatos ocorrem. É o poder cognitivo do ser humano que atribui coerência, ou seja, assume uma determinada postura, ante as muitas possíveis, conforme o grau de inserção do indivíduo e aos bens culturais a que teve acesso.

A discriminação do que é real e do que é representação lança luz sobre as relações de poder. Determinadas representações permitem que condutas sejam mantidas, de forma inquestionada, ou melhor, naturalizada (Thompson, 1998). São manipulações ideológicas que perpetuam práticas de subjugação de uma classe sobre a outra, de um indivíduo sobre outro, ou de uma instituição sobre seus agentes. É a partir de representações que preconceitos são formados, idéias que não se apagam de nossos pensamentos, sem que haja uma nova construção que as substituam, porque estão marcados na linguagem, por meio dos discursos (Foucault, 1996).

Uma breve ilustração são os adágios populares que delimitam espaços, como por exemplo “pau que nasce torto, morre torto” que justifica, legitima ou até mesmo dá à nossa consciência uma certa tranquilidade, quando o atribuímos aos inúmeros menores infratores. São preconceitos, representações sociais de uma determinada classe, a qual atribuímos juízos de valor, que permanecem em nossos pensamentos em perpetuações cíclicas de exclusão e violência. Nesse artigo utilizamos notícias veiculadas sobre a PM coletadas no Jornal Diário da Manhã, um dos veículos de maior penetração em Goiânia, jornal Folha de São Paulo e algumas falas de transeuntes e militares como *corpus*, para compreender como a identidade do policial militar é representada. Como material de apoio às análises utilizamos de dados do serviço de psicologia e assistência social que nos dão o perfil do policial militar atendido no Hospital da Polícia Militar.

Os significados do Policial Militar

O policial militar sofre impactos das identidades projetadas socialmente sobre a profissão, tanto oriundas do meio social, seus clientes, como da própria instituição: no primeiro caso duas das concepções sobre policiais no meio urbano de Goiânia, coletadas por meio de entrevistas informais foram “polícia e bandido são a mesma coisa” e “policiais são todos corruptos”, já no segundo caso, veiculadas entre os próprios militares foram “bandido bom é bandido morto” e “quem não mata não é promovido”.

Aqui temos uma das facetas com que militares são confrontados: corrupto e sem atributos morais que os diferenciem dos seus próprios opositores, os “bandidos”. Se analisarmos tal construção veremos que são corruptos porque são malfeitores, e como tais espera-se desse policial práticas criminosas “acobertadas” pelo sistema.

Para diferenciarem-se os policiais inconscientemente assumem a segunda posição, numa demonstração de resistência a essa representação que lhe foi imposta, e na tentativa de não se ver igualado à categoria “malfeitor” a qual quer combater. O policial então é levado socialmente a formular de si para consigo: “bandido bom é bandido morto”. Daí uma tentativa violenta de legitimar sua função perante a própria sociedade que o denigre, no intuito de ser aceito por ela, de fazer com que sua posição adquira valor e de se ver em uma posição mais vantajosa para sua identidade.

Não é a toa que uma outra imagem é cristalizada: “pra ser promovido tem que matar”. A efetividade de tal assertiva é a captura da mensagem de valor emitida pelo policial à comunidade. A população vê na prática do “bandido bom é bandido morto” que de alguma sorte o policial “beneficia” a sociedade com seus préstimos e responde por meio de intermediações políticas, de pedidos de promoção desse militar. Ora, ao aceitar tais pedidos, a corporação que é também uma unidade política, compactua com a prática violenta e agracia com promoções aqueles que foram alvo de pedidos. Transmite-se assim, uma idéia, uma representação falsa de ascensão “institucionalizada” aos demais militares porque não é aplicável a todos, mas apenas àqueles com alguma influência política.

Honestidade, eficiência e heroísmo, são características almejadas por militares, por todo e qualquer policial que vê sua profissão como extremamente útil e necessária ao todo coletivo. Como a polícia transforma jovens em algo mais próximo daquilo que o sistema exige? Como são moldadas as práticas por meio das representações? É o que veremos na análise dos textos extraídos dos jornais. Os títulos e dois parágrafos iniciais foram assim delimitados porque não pretendemos aqui analisar pormenorizadamente toda a matéria, mas apenas o título e as explicações iniciais. Percebemos que no primeiro parágrafo a notícia se “casa” com o título e no segundo as informações são melhores detalhadas. Esses textos foram coletados do *site* do jornal Diário da Manhã, Folha de São Paulo, e estão acessíveis pela *internet* no endereço www.dm.com.br e www1.folha.uol.com.br

Reportagem 1 (Folha de São Paulo) - Militares acusados de matar aposentada

Da Agência estado, de Fortaleza

Cinco policiais militares do Ceará são acusados de matar a aposentada Nilce Nascimento da Silva, quinta-feira, em Fortaleza.

Os PMs foram à casa da aposentada buscar uma arma do capitão do Corpo de Bombeiros José Dinis, roubada pelo sobrinho dela, Erivelton da Silva Fernandes. Ao chegar na casa, os PMs, segundo testemunhas, retiraram a mulher à força, a espancaram e arrastaram por um quarteirão. Ela foi levada para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

O comando da PM informou que instaurou procedimento administrativo para apurar a morte de Nilce Silva. De imediato, os cinco PMs envolvidos na ação foram afastados de suas funções. O comando do Corpo de Bombeiros abriu sindicância para saber se houve participação do oficial Dinis.

Reportagem 2 (Diário da Manhã) - Policial reage a assalto e mata 2

Ivair Lima
lima@dm.com.br
Da editoria de Cidades

O sargento da Polícia Militar João Carlos Alves de Brito, do 7º Batalhão, reagiu a um assalto à lan house Revolution, no Parque Santa Cruz e matou dois assaltantes. O policial estava na loja, na Avenida dos Buritis, quando foi abordado por um dos homens. O outro deu voz de assalto ao dono da loja, José Ribamar Carvalho de Andrade. Ação teve início às 20h39 da quarta-feira, 23.

O sargento, que usava um dos computadores, se levantou rapidamente e atirou em Luismar Vaz dos Santos, 20, e no menor M.V., de 17 anos, que caiu dentro da lan house. Mesmo ferido, Luismar correu até a Rua Seringueira, nas proximidades da empresa Eternit, onde foi alcançado por uma guarnição da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (Rotam) que o perseguiu. "Houve confronto e o assaltante levou a pior", disse o delegado Edvaldo Félix do Nascimento, adjunto da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (Deih), que apura o caso. Os dois homens ainda foram levados ao Hugo, mas já chegaram ao hospital sem vida. Familiares identificaram os dois corpos no Instituto Médico Legal, já que não portavam documentos.

Reportagem 3 (Folha de São Paulo) - PM mata filho por engano

Reprodução Olenildo Nasimento/PB

Jonathan mostra a foto do irmão José Wilker Soares da Costa, 18, morto a tiros pelo pai. Policial permanece em estado de choque

O cabo Josafá Alves da Costa, da Polícia Militar da Paraíba, matou o próprio filho, o estudante José Wilker Soares da Costa, 18, ao confundir-lo com um ladrão. A tragédia ocorreu em casa, por volta das 4 horas da madrugada de domingo, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, na Paraíba.

O cabo está internado no Hospital Militar Edson Ramalho, em estado de choque, e já tentou se matar três vezes. A assessoria da PM informou que o cabo está sendo acompanhado 24 horas por uma equipe médica, sob o poder de drogas tranqüilizantes, para evitar que ele volte a tentar o suicídio.

Reportagem 4 (Diário da Manhã) - Violência policial intolerável, por Deusimar Rolim

Faz coisa de trinta dias, uma adolescente da alta classe média checava o visual dentro do carro, um Mercedes Classic, enquanto ouvia música, em baixo volume. Parada nas proximidades de um dos Café Cancun, bem vestida e paramentada, **nada a lembrar marginais**. O policial-militar bate, com o cano do revólver, no vidro ao lado da condutora, mandando abri-lo. "De onde você tirou esses adesivos?", referindo-se a um da Rotam e outro indicativo do cargo do pai. A garota explica donde vêm os tais adesivos, mas o PM insiste para que saia do carro: "Este carro deve ser **róbadado**", diz, até que os amigos da moça se aproximam e atestam a sua descendência e a propriedade do carro. Pois que, **desrespeitando mínimas normas de abordagem**, o soldado não pedira a documentação pertinente.

Cenário mais modesto, há cerca de dois meses. Bairro Cruzeiro do Sul, em Aparecida de Goiânia. Não eram nem 22h, um rapaz de classe média-média, **bem vestido** e apessoado, e a amiga, **adolescente bonita** e em **trajes de nível**. Param o carro na avenida, escolhendo CDs para os ir trocando, ao longo da noite. Chega um carro do GPT e seus ocupantes mandam os dois descerem, aos gritos e palavrões. A moçoila toma um violento tapa no rosto e ouvido, e lhe tomam o pacote de batatinhas, para jogar no chão. O rapaz apanha muito, no rosto e por todo o corpo, para depois ser posto a correr na rua, enquanto os **meliantes fardados** os seguem na viatura, aos risos e impropérios. A pancadaria só acabou quando conseguiu, pelo celular, falar com o pai, um delegado de polícia. Não havia drogas, armas, fatos, nem nada que passasse de dois jovens que iam buscar a namorada do rapaz, para uma esticada numa noite que **indivíduos indignos da PM** transformaram em pesadelo. (grifo nosso)

Justificamos a inclusão dos excertos no corpo do texto por ser importante à averiguação da representação dos policiais. As quatro matérias refletem uma questão grave da prática militar: inversão de papeis. O/A militar é responsável pelo policiamento chamado ostensivo. Significa dizer que atende de forma preventiva e repressiva. Quando policiais perdem de vista suas reais atribuições, ou melhor, quando em sua mente suas atribuições não correspondem com aquelas ideais, ocorrem fatos que coadunam com as representações. As representações atuam na formação da identidade e

do ambiente mental do militar, e o militar atua igualmente na construção de novas representações ou na reafirmação daquelas já existentes por meio da sua prática. É um processo dialógico, no sentido bakhtiniano, em que a linguagem forma o indivíduo e o indivíduo forma a linguagem.

Na primeira reportagem a aposentada é violentamente espancada, mas a ação policial visava recuperar uma arma roubada de um militar. Os indivíduos que possuem uma ou mais características que os ligam a uma determinada posição sofrerão com a analogia atribuída. Assim, é que pobre, negro, mal vestido, em local de periferia receberá as pejas de criminoso, se apresentar qualquer uma dessas características dentro de determinados contextos. São as representações da violência que agem no inconsciente social, inclusive de militares.

A senhora idosa foi classificada como potencialmente “protetora” de um suposto criminoso. Percebe-se que foi atribuída a ela uma situação de similitude, de equiparação. A família de um “criminoso” será igualmente criminosa, e sofrerá a ação repressiva independentemente de se ter argumentos ou não. Novamente aqui percebemos a ação do chavão inicial “bandido bom é bandido morto”.

A mídia não se posicionou na reportagem citada de forma tão indignada como se esperaria. A violência contra uma mulher, e ainda idosa, seria suficiente para insurgir clamores de defesa, mas ela era pobre, avó de um “bandido”, logo não está no escopo da ação da classe média-alta. A mídia, representante das classes A, B e C, ou seja, aquelas que compram os jornais, a quem o corpo, capa e política publicitária estão intimamente voltadas não se interessariam por questões éticas que debatessem a situação de cidadãos “localizados” na esfera da criminalidade, a quem as classes alta e média combatem.

Agindo assim, as ações militares recebem o “apoio” velado da mídia, em forma de representações leves, que levariam a “justificar” o “engano” do militar. Tanto a primeira reportagem como a segunda reforçam a análise, sendo a segunda mais cruel. Os dois jovens, de 17 e 20 anos, respectivamente, foram assaltar uma *lan house*. O militar, aproveitando da situação de facilidade ante o despreparo de seus opositores, aplicou logo a decisão que permeia seu inconsciente. Ele poderia ter dominado a

situação, de forma menos violenta, mas sua ação foi então “endossada” pelo grupo da Rotam, unidade especializada da polícia militar, que “terminou o serviço”.

Reafirmamos a situação de descontrole da ação policial uma vez que a avaliação do militar de “facilidade” no caso foi confirmada posteriormente. A polícia verificou após o ocorrido que os jovens não tinham experiência porque não tinham passagem pela justiça. Os pais dos jovens não desconfiavam de que eles fariam o assalto, logo não era prática corrente. Dissemos que foi mais cruel porque recebeu da mídia o tratamento de heroísmo que reforça a identidade de policial que mata seus opositores. São criações que repercutem e se reforçam na corporação.

As reportagens 3 e 4 demonstram um grau maior de comoção. Na matéria 3 o policial ao aplicar seus conhecimentos corporativos engana-se e mata seu próprio filho. Em desespero tenta se matar. Na matéria 4 a violência não é mais contra si mesmo, mas contra pessoas da classe média, com relações parentais no sistema de segurança estadual, Rotam e polícia civil, respectivamente. O episódio que apesar de ser menos grave que a morte da aposentada foi revestido de juízos de valor, com representações mais fortes (vide grifos) e com alta carga de indignação contra os policiais. Não houve como na reportagem 1 e 2 a morte de pessoas, mas houve o ridículo, a não valorização de sinais dados para a identificação dos personagens em determinada arena. Não observaram que estavam de carro, bem vestidos, que possuíam argumentos como “sou filho/a de...” ou seja, não houve a tentativa por parte dos policiais de serem aceitos por x ou y. As atitudes violentas ferem a sociedade como um todo, mas quando cometidas por policiais, além de sinalizar problemas no próprio sistema de segurança, demonstram que existe um reflexo de uma violência cometida intra-instituição. Essa violência é o próprio culto que é conferido ao agir com “força” e “determinismo”. Treinamentos baseados em situações de extremo *stress* constroem o automatismo. O automatismo é a maneira rápida e condicionada, que faz com que respostas precisas sejam geradas.

Na vida diária automatismos são construídos pela simples repetição de uma determinada atividade e faz com que pensemos menos para ofertar uma resposta. Na polícia, o automatismo é resultado de treinamento, mas muitas vezes a causa de erros como o da reportagem 3. O erro é catastrófico para o policial e é visto como mácula para o militar que “permitiu” que o infrator finalizasse a ação agressiva. Quando a

violência se introjeta na mente do policial começam a surgir recrudescimentos, insensibilidades no trato com os cidadãos, e por fim, surgem patologias mentais. A seguir veremos o perfil dos policiais que são atendidos pela estrutura de apoio.

Os policiais atendidos pela estrutura de apoio

A estrutura de apoio, ofertada pelo Hospital da Polícia Militar é composta por médicos, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros que objetivam dar maior atenção aos policiais militares. Estes apresentam dificuldades relacionadas ao vício de álcool e narcóticos, a distúrbios mentais como depressão, stress, síndromes e a problemas físicos. Segundo Branco & Silva (1998) àquela época 31,5% das reformas prematuras eram decorrentes de distúrbios mentais. Os autores afirmaram que além das más condições de trabalho como escalas excessivas, outros fatores contribuem como a falta de moradia e problemas financeiros. O policial militar enfrenta pressões de cobrança por parte do comando/instituição e de pressões internas, muitas vezes relacionadas a auto-estima. Os sintomas iniciais de tamanha contingência, foram, segundo os autores, ansiedade, disfunções orgânicas, alterações do sono, diminuição da memória, dificuldade de concentração, gastrite/úlcera, problemas cardíacos, hipertensão, asma e, em estagio mais avançado, vícios, neuroses graves, psicoses e suicídio.

A delimitação do perfil do usuário do Programa de Saúde Mental da Polícia Militar foi realizada por Ferreira (2005). Segundo a autora, a parcela com maior incidência de distúrbios mentais situou-se entre os homens de 36 e 40 anos. Entre os atendidos foram realizadas entrevistas nas quais se verificou que os militares atendidos, em sua maioria, gostavam do tipo de policiamento ostensivo e que se encontravam impossibilitados de exercê-lo. 41% dos casos atendidos pelo Centro de Reabilitação e Inserção Social são casos de depressão e distúrbios mentais seguido do alcoolismo 26%. Somados são 67% dos atendimentos. Entre os desencadeadores dos problemas relacionados ao trabalho estão associados sentimentos de rejeição/inutilidade, falta de atenção da corporação, mau ajustamento ao comando e perseguição por parte de colegas e/ou comando. Quando comparado ao tempo de serviço 66% estão entre aqueles entre 10 e 15 anos de serviço. Confrontados entre si os dados demonstram que em maioria os policiais atendidos se enquadram no perfil abaixo:

Idade: 36 e 40 anos → 10 e 15 anos de serviço → Depressão e alcoolismo

Na pesquisa de Branco & Silva (1998), 46% dos militares com menos de quinze anos de serviço consideraram suas atividades muito desgastantes e 18% totalmente desgastantes, do ponto de vista físico, perfazendo o total de 64% do efetivo. Já em relação ao desgaste psicológico, 31% consideraram totalmente desgastantes e 49% muito desgastante, subindo para 80%.

Entre o universo pesquisado ainda segundo os autores, 78% dos atendidos disseram reprimir seus sentimentos de raiva e mágoa entre aqueles com até 15 anos de serviço. A contenção desses sentimentos se acumula e aumenta, passando para 88% entre aqueles com mais de 15 anos. A cada ano que passa, a instituição mina as forças do policial que se vê desgastado física e emocionalmente. Aumenta a insatisfação consigo mesmo e com a sociedade que o obriga por meio da instituição a agir de acordo com o modelo tradicional, já exposto.

Tais dados remontam ao fato de que 31,5% aposentavam-se por distúrbios mentais. Provando que o sentimento dos policiais realmente é verdadeiro, comprovado por equipes e juntas médicas. O efeito do modelo de policiamento é devastador, quando se verifica a extensão familiar e social dos efeitos decorrentes do ambiente de trabalho do policial militar de Goiás.

A pesquisa dos autores mencionou os fatores que preocupam os militares. 35% disseram estar preocupados com a marginalidade crescente, condições de trabalho como armamento, munição e viaturas, falta de apoio superior, “apadrinhagem” e comunidade descontente. Estes itens referiam-se ao quesito segurança. É possível extrair das respostas que o desgaste se concentra na tentativa de adequar os instrumentos/recursos/metodologia de trabalho ao resultado/satisfação perante a sociedade. É a necessidade de reconhecimento, íntimo e do meio social, que leva o policial a se esforçar além de suas forças, e acaba levando-o ao extremo *estress*. Na próxima sessão veremos os modelos de policiamento tradicional e o comunitário. O objetivo é aprofundar nossa análise nas questões estruturais que desencadeiam internamente o descontentamento do policial militar.

Dos Modelos de Policiamento

Segundo Bittner (1975) as funções da polícia se dividem em “Oficiais da Paz” e “Oficiais da Lei” que evidenciam no Brasil o policiamento tradicional e o policiamento comunitário. O modelo tradicional corresponde à expectativa primeira da população quanto à repressão ao crime. Aqui, apesar de não ser atividade exclusiva da polícia, esta se manifesta trazendo para si a maior responsabilidade, reinvidicando aumento de efetivo e melhores armamentos e viaturas toda vez que a mídia divulga aumento na criminalidade.

Segundo Bangochea et ali (2004) verificou-se no Rio Grande do Sul que de 700.000 delitos atendidos por militares, cerca de 300.000 evoluem para inquéritos que são encaminhados ao Ministério Público. Destes, o MP absorve 35.000, que se transformam em denúncias. O Poder Judiciário após julgamento aplica entre reclusão e serviço comunitário cerca de 6.000 sentenças.

Nessa estrutura, a polícia se encontra na ponta inicial, e seu trabalho é o mais “enxergado” pela comunidade, que relaciona criminalidade a eficiência da polícia. No caso da PM a ligação ainda é mais direta, uma vez que como “oficiais da lei” sua ação se dá nas ruas, ostensivamente, por meio de agentes fardados e armados. Não é difícil presenciarmos afirmações como “tolerância zero” e “polícia linha dura” entre as reinvidicações da comunidade, inclusive quando aplicadas aos menores infratores.

Não identificamos, na sociedade, na grande maioria, a percepção das estruturas econômicas, que definem quem terá ou não direito aos bens sociais, como fatores de violência, mas percebemos suas manifestações quando as ruas se mostram inseguras. O primeiro contato deveria ser com o policial, mas há uma grande desconfiança por parte da comunidade, verificada em diferentes países, quanto à honestidade desse agente. Eles se encontram entre a lei e a criminalidade, e apesar dos maus policiais serem combatidos por policiais que investem na identidade de “oficial da lei” os maus são encontrados entre os sérios.

Neste contexto a comunidade cobra dos poderes públicos o policiamento do tipo tradicional, mais focado na função de “Oficial da Lei”, de repressão, por entenderem ser este modelo mais “desejável”.

Este tipo de atuação, acionada pela “demanda”, ou seja, pela ocorrência imprevisível, acaba não respondendo eficazmente no combate ao crime. O policiamento tradicional, desarticulado da atividade da polícia civil, com bancos de dados não compartilhados e escopos bem “marcados” se mostra ineficaz. A isso, devemos somar a não cooperação das pessoas da comunidade, em decorrência da desconfiança e do culto da violência já difundido.

Os policiais ante a dinâmica adotada institucionalmente, travam embates duros com criminosos e distribuem suas guarnições de acordo com critérios políticos. Dá-se um caráter de neutralidade, mas que na prática não é assim. Os bairros de classe média e alta recebem guarnições, enquanto guetos, vilas e favelas não. Inclusive, policiais fazendo ronda em tais ambientes são questionados quanto aos interesses que o levaram a tal. Três características, segundo Moore (1992) e Bayley (1994) têm sido recorrentes como mitos de eficiência: (i) patrulhamento motorizado, (ii) rapidez nas ocorrências e (iii) investigação de crimes, sendo que os dois primeiros respondem no Brasil ao policiamento militar e o terceiro ao serviço da Polícia Civil.

Algumas das consequências desse modelo de atuação é (i) a desvinculação do crime as suas adjacências e dinâmicas, (o atendimento a ocorrências é fortuito e não preventivo) com a alienação do policial militar; (ii) a eficiência da ação militar não tem correspondência com a diminuição da criminalidade. Este segundo item se dá por dois aspectos, o fato do não aprofundamento na origem da criminalidade não faz cessar seus sintomas e o fato de que não há colaboração por parte da população, em denunciar e testemunhar. Logo, assim que um criminoso é preso ou morto, a organização criminosa recruta novos agentes entre as comunidades pobres. Repor um agente criminoso é rápido, barato e não exige treinamento, enquanto que repor um policial exige concursos, cursos de formação e gastos muito altos para o Governo. Daí os crescentes investimentos em equipamentos, funcionários, estrutura física e profissionalização do policial não terem correspondentes nos índices. A polícia assume, então, o desgaste junto à população ao tomar para si a ação focada na repressão, sem sua contrapartida social, ou de “oficiais da paz”.

As iniciativas, apesar de infrutíferas, no sentido de “fortalecer” a polícia, dentro do modelo tradicional, têm se materializado, na sua maioria, na criação de grupos especiais, táticos, que recebem forte treinamento e são focados para situações de

extrema delicadeza, como seqüestros e invasões. Uma tendência tem se mostrado cada vez mais presente: o deslocamento desses grupos, necessários em determinadas situações, para a ação ostensiva. Essa medida se mostra extremamente desacertada porque são grupos treinados para uma situação muito específica, desastrosa se aplicada a outros contextos.

Tanto o aumento dos investimentos na segurança como a criação de grupos táticos, e seu deslocamento para o policiamento ostensivo têm uma só raiz, a necessidade das classes média e alta de se sentirem seguras. As constantes cobranças por grupos “fortes”, treinados, em um ambiente representado como se estivéssemos em uma guerra civil são responsáveis pelo aumento da violência cometida por policiais. A PM transfere suas frustrações aos agentes, que por sua vez, na ânsia de responder satisfatoriamente, comete atos insanos, arbitrários, eticamente questionáveis, como aqueles vistos nas reportagens 1, 2 e 4.

O policiamento comunitário é a faceta da polícia que trabalha preventivamente no serviço estratégico. Pode ser, em linhas gerais, descrito como sendo o policiamento em parceria com a comunidade. A atuação se dá por meio de projetos de cunho educativo e de promoção de atividades que beneficiem a comunidade, como organização de programações recreativas, mobilização da comunidade local para a solução de problemas afeitos a segurança, ou ainda, em campanhas, visando mudança de hábitos e de posicionamentos.

Os projetos auxiliam a comunidade a “enxergar” o agente militar como uma pessoa interessada no bem estar local, facilitando a empatia e relação de confiança. A atitude não é repressiva, mas acolhedora. A comunidade recebe espaço e tem “voz” no sentido de que o/a cidadão/ã ao se dirigir a uma unidade policial será ouvido/a com atenção e receberá uma resposta, a cada solicitação. Nesse tipo de policiamento não há distinção de forma pejorativa de seus colaboradores, ou seja, não há preconceitos de gênero, etnia, classe social ou atividade laborativa. O principal foco é na parceria entre Polícia e Comunidade.

No estudo de Bengochea et ali (2004) atribui-se a eficiência do policiamento comunitário a junção das funções repressiva e comunitária, bem como a articulação e compartilhamento de informações e processos entre Polícia Civil e Polícia Militar. O

modelo, segundo os autores não chegou a ser totalmente implantado no RS em virtude da mudança de Governo e de pressões da própria sociedade em prol do policiamento tradicional.

Em Minas Gerais a experiência do 22º Batalhão ainda não logrou êxito dentro do modelo de Policiamento Comunitário. Falhas com a não articulação entre as polícias e de isolamento, logo de não adesão ante a ideologia proposta, foram alguns dos motivos impediram na contenção da criminalidade. Fatores como corrupção e confiança foram avaliados positivamente pela sociedade, no entanto, no quesito eficácia, não. Vimos nas sessões anteriores a influência da mídia na formação das representações da Polícia e suas implicações no modelo tradicional em Goiás; vimos também algumas das conseqüências da adoção desse modelo na estrutura física e mental do policial militar na própria efetividade da segurança. Veremos na próxima sessão projetos desenvolvido em Goiânia, seus efeitos sociais e institucionais, em que se aplicou os modelos tradicional e comunitário, de forma conjunta, dentro da estrutura da 1ª Companhia do 13º Batalhão em campinas, hoje 1º CIPM de Campinas .

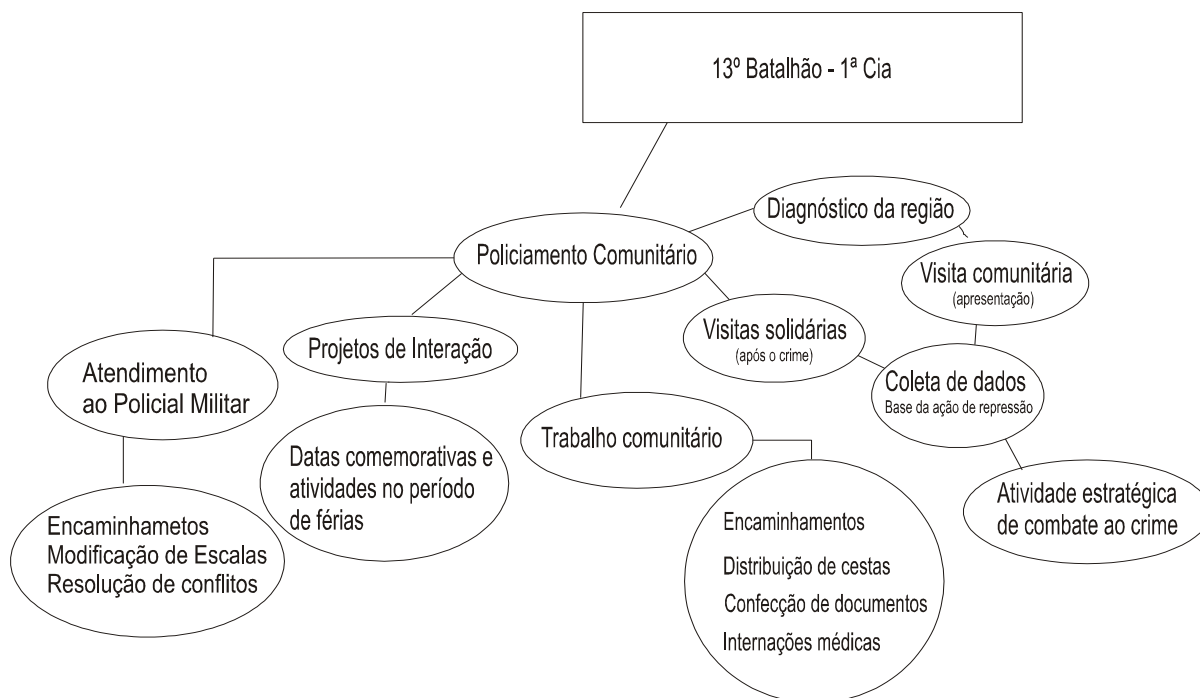
1º Companhia do 13º Batalhão - Campinas – um estudo de caso

O modelo do Policiamento Comunitário foi implantado na região de Campinas/ Goiânia, como resultado de uma política da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, no ano de 2003. O objetivo era integrar comunidade e a PM, como forma de dar maior efetividade ao trabalho da instituição. Os ajustes da metodologia se deram de maneira empírica e gradativa, tanto junto à população local como com os agentes.

As características da região eram o forte comércio joalheiro, atacadista de têxteis e varejista de eletro-eletrônicos. Como problema havia o alto índice de ocorrências, como assaltos, furtos e comércio de entorpecentes.

A equipe da 1ª Cia era formada pelo comandante e cerca de 60 efetivos, que trabalhavam na escala de 12horas por 36 de descanso, perfazendo o total real de 22 militares/dia. A população abrangida pela Companhia era de 62.127 habitantes, na proporção de um policial para 1.035 habitantes. A estratégia de implantação obedeceu ao fluxo abaixo:

Figura 1 – Metodologia de ação do Policiamento Comunitário - Campinas



A adaptação do modelo tradicional para o modelo comunitário, como dito, foi gradativa. Para o início a metodologia foi a de projetos. O primeiro Projeto foi de apoio ao turismo de negócios, promovido pelos/as sacoleiros/as e comerciantes que percorriam as ruas da região. O apoio consistia no contato de recepção dos ônibus, distribuição de folhetos de segurança para as compras e identificação dos policiais responsáveis pela área. Com essa ação, partiu-se para as visitas que eram divididas entre visita comunitária, em que o policial se apresentava como agente e esclarecia sobre o policiamento local e visita solidária, em que o policial desloca ao local de crime a fim de dar uma “resposta” institucional e coletar maiores informações.

Implantada as dinâmicas de visitas, seguiu-se os projetos de integração em que militares e comunidade desenvolviam atividades conjuntas, como revitalização de praças (limpeza e pintura) e atividades recreativas/culturais. Estas programações eram feitas tanto em datas comemorativas, durante o próprio horário de expediente, como em horários de folga e havia grande mobilização da própria comunidade. O convite aos moradores era feito por meio das visitas e contava com o apoio também da Universidade Unigoíás, por meio do projeto de extensão do curso de Direito.

Como resultado, ao longo da aplicação da metodologia, foi constatado o crescimento do volume de demanda na unidade, um reflexo do aumento da

confiabilidade no trabalho da PM. O movimento de demanda gerou o recolhimento de dados ofertados pela população e a diversificação dos serviços comunitários. As famílias dos detentos eram atendidas por meio das visitas, de distribuição de cestas básicas adquiridas por meio de doação dos comerciantes, confecção de documentos e encaminhamentos para tratamento de saúde. Não apenas esse público específico, mas também toda pessoa que buscava a unidade recebia atendimento diferenciado.

Vindas de moradores de rua, de senhoras idosas ou de pessoas da classe média, as informações constituíram uma rede que permitiu a ação estratégica no combate ao crime e à violência.

Quanto aos policiais, o engajamento foi o principal efeito. Novamente motivados, os agentes encontraram no reconhecimento da comunidade novos estímulos para a ação militar. Quer na distribuição de flores no dia internacional da mulher, ou na abordagem em guetos, os policiais demonstraram interesse e apresentaram uma queda considerada em atitudes violentas, com resultados na auto-estima e maior interesse por tratamentos de saúde, principalmente contra o alcoolismo.

O atendimento às necessidades dos policiais também foi priorizado. Questões familiares, demandas de saúde e problemas de relacionamento e escalas eram atendidos individualmente, e dentro dos limites da unidade, de maneira humanizada. Esta postura conferiu “voz” aos militares, envolvendo-os em uma relação de confiança. O policial militar respeitado em seus limites de atuação, não houve diminuição da carga laborativa, mas apresentaram índice de satisfação no trabalho consideráveis. Uma maneira digna de valorização do trabalho, simples e eficiente, e acessível aos moldes adotados.

Houve uma interação polícia/comunidade em que possibilitou o engajamento do policiamento na solução dos problemas atinentes à segurança pública, contribuindo para queda do índice de criminalidade e propiciando à comunidade/comerciante a sensação de segurança. Tais requisitos propiciaram para a transformação da 1º CIA destacada do 13º BPM em uma unidade independente, a 1ª Companhia Independente da Polícia Militar que serviu de modelo para outras regiões de Goiânia e interior na disseminação e criação de companhias independentes.

A experiência do 14º ciops, em Goiânia – Um estudo de caso

A Região Leste da cidade de Goiânia, historicamente, sempre foi marcada por altos índices de criminalidade. O policiamento tradicional/convencional não conseguia atender aos anseios da comunidade local. Assim, as autoridades de segurança pública, na busca de respostas para esse grave problema, optaram pela implantação do modelo de segurança comunitário nesta região, seguindo as experiências semelhantes de sucesso do Japão, Canadá e Espanha, dentre outras.

A comunidade dessa região sofria com assassinatos, roubos, furtos e outros tipos de delitos leves e graves e sempre geravam distorções sociais naquela região. Era comum encontrar residências que já haviam sido vítimas de roubo seguidas vezes.

Neste contexto, foi criado, em novembro de 2003, o 14º CIOPS, abrangendo 27 bairros da capital goiana, e com uma população estimada em cerca de 80 mil habitantes, na sua maioria migrantes de outras regiões do Brasil, que objetivava reforçar e garantir a presença constante dos policiais nas ruas, vindo a oferecer ao/a cidadão/a prevenção nas diversas situações de risco. Os dados estatísticos referentes aos trabalhos da Segurança Comunitária foram: 60% (comparando-se os meses de janeiro 2003 e janeiro 2005) da criminalidade nos bairros componentes do 14º CIOPS. Um estudo detalhado dos 40% ainda existentes de ocorrências, constatava que em sua maioria, consistiam-se de condutas de menor potencial ofensivo.

A metodologia no 14º Ciops abrange os seguintes pontos:

I - Policiais Específicos – foram empregados sempre os mesmos militares no mesmo quadrante, com o fim de proporcionar a criação de vínculos com a população, a partir do reconhecimento de problemas. Isto permitia a confiança dos informantes e, em consequência, atuação de modo continuado na solução e prevenção dos problemas.

II - Visitas Comunitárias – Assim como no módulo anterior estas visitas visavam estabelecer o primeiro contato com o/a cidadão/ã, apresentação do projeto de segurança comunitária, distribuição de materiais gráficos com conteúdos de dicas de segurança, prevenção contra o uso de drogas, conceituações sobre o modelo de

Segurança Comunitária. Também objetivava obter do/a usuário/a da segurança o conceito da comunidade em relação ao serviço prestado pelos policiais.

III - Visitas Solidárias – visita do policial ao/a morador/a vítima de crime objetiva a coleta de dados ainda não revelados sobre o crime ou seu autor e a orientação ao/a cidadão/a sobre as medidas preventivas convenientes ou, em caso de conflitos familiares, oferecer os serviços da central de mediação familiar operada por psicólogos das Polícias Militar e Civil.

IV - Patrulhamento - 24 horas por dia, obedecendo ao Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO, bem como oferecendo aos/a cidadãos/ãs portadores de necessidades especiais maior atenção;

V - Reunião Mensal de Segurança Comunitária: é realizada uma vez por mês, de forma itinerante nos bairros, na qual a comunidade e órgãos responsáveis discutem a criminalidade e busca soluções, sempre objetivando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a solução comunitária dos seus problemas;

VI - Integração dos Órgãos de Segurança: como uma das medidas mais inovadoras do projeto, sempre após as reuniões, os responsáveis pelas instituições de segurança, de posse dos dados e informações coletados e sugestões, traçam medidas estratégicas, otimizando as atividades policiais..

VII - Capacitação de Pessoas para Trabalharem na Polícia Comunitária: são realizadas palestras e cursos, a fim de habilitar policiais e membros da comunidade ao trabalho de polícia comunitária.

Com a implantação do Policiamento Comunitário na região leste de Goiânia, pudemos observar que o/a agente ao sentir valorizado/a e aceito/a por ser uma peça importante na construção do bem estar dessa sociedade, trabalhava empolgado e satisfeito com o resultado do seu trabalho. Não obstante permanecer a mesma carga de trabalho e o mesmo vencimento, tal fato comprova que o modelo de policiamento comunitário é o mais indicado porque devolve ao/a agente a responsabilidade por uma

ação consciente e criadora, retirando o automatismo reinante no modelo tradicional. Em outras palavras humaniza a PM ao enxergar no policial um ser crítico e capaz.

Considerações Finais

Todo conceito é uma idéia socialmente construída. A imagem estereotipada contém em seu princípio modelos ideológicos que são formas “não marcadas” de representação. As naturalizações agem no social como “condutores” do fazer humano e repercutem no sentimento de pertença dos indivíduos. A instituição Polícia Militar não foge à regra. Suas representações não marcadas envolvem a aproximação da visão do policial herói, aquele que armado torna-se capaz de atos antes impossíveis, mas que na verdade, se firma na legitimação das ações da violência cometida por policiais.

Entre os ideais de justiça e honestidade e “o fazer” policial a instituição se perde numa direção desastrosa, e muitas vezes, desumana. O embrutecimento dos policiais é em quase a totalidade, uma reação defensiva de uma classe que almeja a harmonia, mas só tem acesso à morte e à violência.

Negar o acesso às possibilidades de ação mais justas e ao tratamento humanizado torna o policial um ser atípico, inseguro e desajustado em seu contexto, levando-o à reforma (aposentadoria), ao vício e em casos extremos à morte prematura. Condições de trabalho reivindicadas pela sociedade e a PM como armamentos, coletes a prova de balas e viaturas não fazem da Polícia uma instituição coerente. O que a tornaria assim, seria a união de seus agentes em torno de um objetivo comum, aos moldes mais eficientes. A possibilidade de tornar real a ação comunitária passaria por um processo gradual, porém firme e sistematizado, em que a confiança da comunidade seria mais facilmente conquistada. Nada de força para uma instituição que ainda precisa aprender com ações estratégicas e inteligência.

Por fim, uma frase colocada do início desse artigo: “A realidade é para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade” (Lewin, 1948:57, apud Moscovici, 2000) é retomada para a nossa conclusão porque acreditamos que acreditar é o primeiro passo.

Referências

Rio Branco, Felipe Arce; Silva, Clóvis de Souza. Reformas Prematuras: Insanidade Mental – causas e efeitos com o serviço policial militar. Goiânia. - Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar. 1998

FERREIRA, Rosângela Costa. Saúde mental no contexto das relações de trabalho da polícia militar de Goiás. Goiânia. Monografia (curso de serviço social) – Universidade católica de Goiás. 2005

GOMES, Noeme de Oliveira. O Comprometimento laboral de policiais militares no uso abusivo do álcool e o impacto do programa de atenção à saúde do policial militar – PAISPM- Goiás 1996-2003. Goiânia, Monografia, UCG. 2004.

FERREIRA, Nélia dos Santos. Fatores que desencadeiam o alcoolismo nos policiais militares da PMGO e a importância do programa de atenção integral à saúde do policial militar – PAISPM – Goiás, monografia, UCG. 2005.

MOSCOVICI, Serge.. A Psicologia Social – representações sociais, Petrópolis, Editora Vozes 4º ed. 1986

Tonry, Michael; Morris, Norval. Policiamento Moderno. Edusp. São Paulo 2003

REINER, Robert. A política da polícia. Edusp. São Paulo 2004

PEREIRA, C. ; TORRES, A. R. R. ; ALMEIDA, S. T. . Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: A Influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial.. Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 16,

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BITTNER, Egon. The functions of the police in modern society. New York: Jason Aronson, 1975.

BAYLEY, David H. Police for the future, New York: Oxford: University Press, 1994

_____. Patterns of policing: a comparative international analysis. N. J., Rutgers University Press. New Brunswick, 1985.

GRAEFT, Beatriz Porfírio. O policial militar em tempos de mudança: ethos, conflitos e solidariedades na polícia militar do estado de São Paulo. Dissertação de mestrado. Brasília. UNB, 2006.

SILVA, E.F; Filho J. H. Reformas prematuras: insanidade mental fatores determinantes da violência policial militar de Goiânia-Go, CAO. Academia de polícia militar do estado de Goiás, 2000.

DONNICI, Virgílio Luiz. Polícia guardião da sociedade ou parceira do crime: um estudo de criminologia, Rio de Janeiro, Forense universitária (biblioteca jurídica). 1990

OLIVEIRA, D.D, Santos, S. A. Brito, V.G orgs Violência policial: tolerância, Goiânia, UFG, 2001.

FROMM, Erich. Análise do homem, Rio de Janeiro, Zahar, 7º ed., 1970

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Gêneros textuais & ensino. 4. ed. Dionizio, A. P., Machado, A. R., Bezerra, M. A. (orgs). Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENGOCHEA, JLP et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em Perspectiva, v.18, n.1, p. 119-131, 2004.

GONTIJO, R. F. Sistema integrado de gestão de informações de segurança pública do Estado de Minas Gerais. Monografia, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOORE, M. H. Problem-solving community policing. Chicago, The University of Chicago, 1992.

SKOLNICK, J. H. e BAYLEY, D. H. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da USP, 2002

ADORNO, Sergio; PERALVA, Angelina. Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4, maio, 1997.